

Informações Financeiras Intermediárias- ITR

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

30 de junho de 2018
com relatório do auditor independente sobre a revisão das
informações financeiras intermediárias - ITR

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Informações financeiras intermediárias - ITR

30 de junho de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações financeiras intermediárias-ITR	1
Informações financeiras intermediárias - ITR	
Balanco patrimonial	3
Demonstração dos resultados.....	4
Demonstração dos resultados abrangentes	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias-ITR	9

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações financeiras intermediárias - ITR

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Goiânia - GO

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações financeiras intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar, que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais, acima referidas, não foram elaboradas em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às informações financeiras intermediárias, onde indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$32.265 mil durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$991.036 mil. A Companhia necessita obter recursos financeiros significativos de seus acionistas ou de terceiros, para cumprir com os compromissos assumidos com o programa de concessão, conforme descrito na Nota Explicativa 26 e com as instituições financeiras contratadas. Conforme apresentado na Nota Explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida Nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Goiânia, 06 de agosto de 2018.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Balanço patrimonial
30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.739	15.784
Cientes e operações a receber	5	15.344	15.025
Impostos a recuperar		191	177
Adiantamentos diversos	6	1.796	1.862
Despesas antecipadas	7	3.042	1.937
Outros créditos		1.100	1.100
		35.212	35.885
Não circulante			
Despesas antecipadas	7	623	1.083
Depósitos judiciais		750	721
Impostos e contribuições diferidos	23	85.772	68.672
Intangível	9	1.507.567	1.489.782
		1.594.712	1.560.258
Total do ativo		1.629.924	1.596.143
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	13.431	18.015
Empréstimos e financiamentos	11	929.600	853.870
Arrendamento mercantil		1.636	2.078
Salários e obrigações trabalhistas	12	10.901	9.975
Obrigações fiscais	13	30.119	29.556
Contas a pagar - partes relacionadas	8	35.460	42.897
Outras obrigações	14	5.101	4.657
		1.026.248	961.048
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	44.105	88.210
Arrendamento mercantil		-	655
Fornecedores	10	284	-
Provisões para demandas judiciais	24	3.730	3.448
Provisão para manutenção	15	212.608	188.188
Impostos e contribuições diferidos	23	26.007	25.587
		286.734	306.088
Patrimônio líquido			
Capital social	16	380.000	380.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		46.900	26.700
Prejuízos acumulados		(109.958)	(77.693)
Total do patrimônio líquido		316.942	329.007
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.629.924	1.596.143

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído evidenciado por ação em reais)

	Nota	Trimestre atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do atual período 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual trimestre do período anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do período anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
Receitas operacionais líquidas	17	110.721	221.090	83.530	171.147
Custo dos serviços prestados e de construção	18	(79.073)	(157.157)	(63.665)	(124.076)
Resultado bruto		<u>31.648</u>	<u>63.933</u>	<u>19.865</u>	<u>47.071</u>
Despesas operacionais, líquidas:					
Administrativas	19	(3.836)	(6.664)	(4.489)	(7.326)
Salários e encargos sociais	20	(2.456)	(4.527)	(3.247)	(5.411)
Amortização		(538)	(1.089)	(347)	(2.506)
Administradores	21	(1.786)	(2.415)	(1.021)	(1.803)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>304</u>	<u>480</u>	<u>182</u>	<u>312</u>
		<u>(8.312)</u>	<u>(14.215)</u>	<u>(8.922)</u>	<u>(16.734)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		23.336	49.718	10.943	30.337
Resultado financeiro líquido:	22				
Receitas financeiras		93	197	99	239
Despesas financeiras		(51.041)	(98.860)	(49.780)	(116.308)
		<u>(50.948)</u>	<u>(98.663)</u>	<u>(49.681)</u>	<u>(116.069)</u>
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e contribuição social		(27.612)	(48.945)	(38.738)	(85.732)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	9.282	16.680	13.168	29.149
		<u>9.282</u>	<u>16.680</u>	<u>13.168</u>	<u>29.149</u>
Prejuízo do período	16	<u>(18.330)</u>	<u>(32.265)</u>	<u>(25.570)</u>	<u>(56.583)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante os períodos (em R\$)	16.b	(0,048)	(0,085)	(0,067)	(0,149)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Trimestre atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do atual período 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual trimestre do período anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do I período anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
Prejuízo do período	(18.330)	(32.265)	(25.570)	(56.583)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	(18.330)	(32.265)	(25.570)	(56.583)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	380.000	(6.990)	200	373.210
Prejuízo do período	-	(56.583)	-	(56.583)
Saldos em 30 de junho de 2017	380.000	(63.573)	200	316.627
Saldos em 31 de dezembro de 2017	380.000	(77.693)	26.700	329.007
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	20.200	20.200
Prejuízo do período	-	(32.265)	-	(32.265)
Saldos em 30 de junho de 2018	380.000	(109.958)	46.900	316.942

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(32.265)	(56.583)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Margem de construção	(1.237)	(382)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.680)	(29.149)
Amortização	14.281	11.099
Provisão para manutenção	17.497	14.359
Recomposição AVP	6.924	9.190
Juros sobre empréstimos e financiamentos	90.514	101.013
Juros sobre obrigações fiscais e fornecedores	477	3.283
Provisão para demandas judiciais	281	260
Variação nos ativos e passivos:		
Cliente e operações a receber	(319)	(1.104)
Impostos a recuperar	(14)	12
Depósitos judiciais	(25)	(530)
Despesas antecipadas	(645)	(1.798)
Outros valores a receber	66	(645)
Fornecedores	(4.355)	(3.231)
Obrigações sociais e trabalhistas	926	4.772
Obrigações fiscais	141	(398)
Contas a pagar partes relacionadas	(7.437)	-
Outras obrigações	441	1.391
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	68.571	51.559
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Adições ao ativo intangível	(30.829)	(13.100)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(30.829)	(13.100)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Partes relacionadas	-	242
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(54.057)	(20.793)
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.200	-
Pagamento de juros e remunerações sobre empréstimos e financiamentos	(5.930)	(18.496)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(39.787)	(39.047)
Redução, líquida do caixa e equivalentes de caixa	(2.045)	(588)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.784	5.388
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	13.739	4.800
Redução, líquida do caixa e equivalentes de caixa	(2.045)	(588)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receitas	237.885	186.240
Receita de pedágio	188.615	170.871
Receita de construção	48.790	15.057
Outras receitas	480	312
Insumos adquiridos de terceiros	(124.609)	(104.025)
Custos dos serviços prestados	(71.073)	(82.571)
Custos de construção	(47.553)	(14.675)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.983)	(6.779)
Valor adicionado bruto	113.276	82.215
Amortização	(14.281)	(11.099)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	98.995	71.116
Valor adicionado recebido em transferência	197	239
Receitas financeiras	197	239
Valor adicionado total a distribuir	99.192	71.355
Distribuição do valor adicionado	99.192	71.355
Pessoal	27.743	21.875
Remuneração direta	22.370	16.867
Benefícios	4.174	3.854
F.G.T.S.	1.199	1.154
Impostos, taxas e contribuições	4.139	(10.747)
Federais	(5.308)	(19.307)
Estaduais	10	10
Municipais	9.437	8.550
Remuneração de capitais de terceiros	99.575	116.810
Juros	98.860	116.308
Aluguéis	218	175
Outros	497	327
Prejuízo do período	(32.265)	(56.583)
Prejuízo do período	(32.265)	(56.583)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 30 de janeiro de 2013 através da denominação social de Diana Participações e Investimentos S.A., sendo alterada para atual “Concebra” em 7 de janeiro de 2014, por meio de Assembleia Geral Extraordinária. Com sede na cidade de Goiânia, Goiás, a Companhia pertence ao grupo TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos do Edital de Concessão nº 004/2013 - com prazo fixado de 30 anos a partir de 31 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Ao final da concessão a Companhia não fará jus a qualquer indenização, todos os bens da concessão ou investimentos nela realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados.

A assinatura do Termo de Arrolamento dos Bens da Concessão Rodoviária foi realizada em 5 de março de 2014, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Estes investimentos estão sendo financiados por empréstimos de curto e de longo prazo e aporte de capital dos acionistas. Em 21 de janeiro de 2014, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., controladora da Concebra, aportou R\$261.000 para o projeto e no primeiro trimestre de 2015 aportou R\$119.000.

Para a execução dos serviços conforme o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), a concessionária conta com 24 (vinte e quatro) bases operacionais que prestam serviços de atendimento ao usuário, 02 (dois) postos de pesagem veicular, 12 (doze) bases da polícia rodoviária federal, 06 (seis) lotes de manutenção e conservação e 11 (onze) praças de pedágio ao longo do trecho de 1.176,50 km da rodovia. Os trabalhos iniciais foram executados nos 12 (doze) primeiros meses, com serviços de recuperação do pavimento, sinalização horizontal e vertical, elementos de proteção e segurança, canteiro central e faixa de domínio, drenagem e OAC (Obras de Arte Correntes), OAE (Obras de Arte Especiais), sistema elétrico e de iluminação e reformas das edificações existentes.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Após verificação dos pré-requisitos para início da cobrança de pedágios, a ANTT emitiu Resolução nº 4.747, de 11 de junho de 2015, autorizando o início das atividades das 11 praças de pedágios, estabelecidas nas Rodovias BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, a partir do dia 27 de junho de 2015 a 0h.

No dia 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da Companhia, no valor de R\$3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470.000 com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A indefinição sobre a composição dos bancos públicos que fariam o repasse de parte dos recursos aprovados, bem como o cross default dado pela inadimplência de empréstimo junto ao BNDES de coligada da Controladora resultaram, após dois aditivos de prorrogação de prazo, no vencimento do empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016 e inadimplência da Companhia.

Diante da perspectiva de não formalizar o contrato de financiamento sob a modalidade de longo prazo junto ao BNDES, a Controladora da Companhia está analisando a estruturação de formas alternativas de funding do projeto através do ingresso de novos sócios e/ou aumento de capital após alienação de ativos disponíveis para venda.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta prejuízo no período de R\$32.365 e capital circulante negativo de R\$991.036, proveniente dos compromissos assumidos de empréstimos e financiamentos captados para os investimentos previstos no contrato de concessão. Conforme mencionado na Nota 11 a Companhia possui fiança corporativa, penhor, recebíveis e aval da Controladora como garantias do empréstimo.

Em 18 de setembro de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 800 que estabeleceu diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões de rodovias federais, cujos contratos prevejam concentração de investimentos em seu período inicial. A Companhia se enquadra como elegível para adesão à MP e manifestou interesse através de ofício encaminhado à ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres em 02 de outubro de 2017. Em 27 de fevereiro de 2018 terminou o prazo de vigência da MP não sendo transformada em lei, sendo este um dos pré-requisitos para sua adesão, o que impossibilitou essa opção por parte da concessionária.

Atualmente, a Companhia trabalha com outras alternativas que visam a continuidade do contrato com o governo federal (ANTT), com a possibilidade de revisão quinquenal por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, como principal alternativa para o projeto, conforme prevê a Resolução ANTT nº 1187, de 09 de novembro de 2005, alterada pela resolução nº 2554, de 14.02.08, a qual estabelece:

“A ANTT promoverá reavaliações dos contratos de concessão, no que se refere a obras e serviços, a cada cinco anos, contados regressivamente de seus respectivos termos finais, de forma a analisar eventuais ajustes necessários à prestação do serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, sempre preservando o equilíbrio econômico-financeiro”.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

O próprio contrato de concessão na cláusula 22.2.1 prevê:

“O procedimento para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por meio de revisão dar-se-á conforme estabelecido em resolução da ANTT”.

Portanto, a Administração da Companhia e sua Controladora entendem que estas ações poderão, a depender da forma definida pela agência, trazer o necessário reequilíbrio contratual de forma a permitir a continuidade normal de suas operações e cumprimento dos compromissos assumidos no contrato de concessão.

2. Bases de preparação

2.1. Preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 06 de agosto de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e somente, elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

b) Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.2. Moeda funcional

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que devem ser lidas em conjunto com essas informações financeiras intermediárias. Cabe ressaltar que não houve alterações nas práticas contábeis até 30 de junho de 2018.

Os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018 não trouxeram impactos relevantes para a Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Indexador	Natureza	30/06/2018	31/12/2017
Disponibilidades (i)			4.681	12.602
Aplicações financeiras (ii)	96% a 100% do CDI	Aplicação automática	9.058	3.182
			13.739	15.784

(i) Em 31 de dezembro de 2017 os recursos referem-se substancialmente a montantes custodiados pela transportadora de valores, e em 30 de junho 2018, refere-se a valores depositados em instituições financeiras.

(ii) Refere - se a aplicações financeiras de curto prazo, lastreadas ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Clientes e operações a receber

	30/06/2018	31/12/2017
Arrecadação pedágio (i)		
Vale pedágio	1.133	975
Pedágio eletrônico	14.210	14.049
Uso da faixa de domínio	1	1
	15.344	15.025

(i) Os recursos referem-se a operações a receber de cartões de pedágio, denominados como moeda eletrônica. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, havendo a possibilidade de antecipação conforme necessidade da Companhia, mediante taxa de desconto acordada com as operadoras.

6. Adiantamentos diversos

	30/06/2018	31/12/2017
Adiantamentos a fornecedores (i)	1.705	1.780
Adiantamentos a funcionários	91	82
	1.796	1.862

(i) A Companhia antecipou recursos financeiros aos fornecedores para prestação de serviços e pagamento antecipado na compra de mercadorias. Estes adiantamentos serão compensados à medida que as mercadorias e serviços forem entregues e/ou prestados;

7. Despesas antecipadas

	30/06/2018	31/12/2017
Gastos com apólices de seguros (i)	3.507	3.009
Outros	158	11
	3.665	3.020
Circulante	3.042	1.937
Não circulante	623	1.083

(i) Seguros contratados para riscos operacionais e de engenharia, com vigência variando entre um e seis anos sendo amortizados de acordo com esse prazo.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, respeitando a política de compras estipulada pela Companhia, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Partes relacionadas	30/06/2018			31/12/2017		
	Ativo intangível	Fornecedores	Contas a pagar	Ativo intangível	Fornecedores	Contas a pagar
Construtora Triunfo S.A. (i)	56.128	3	-	74.824	10.918	-
CT Vias – Centro Tecnológico de Infraestrutura Ltda. (ii)	-	-	304	-	-	-
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (iii)	-	-	35.153	-	-	31.979
	56.128	3	35.457	74.824	10.918	31.979

- i. Valores referentes a fornecimento de serviços e adiantamentos conforme previsto no contrato de empreitada integral, a preço global, para obras, serviços e fornecimentos necessários ao desempenho dos itens de trabalhos iniciais, recuperação e manutenção e ampliação de capacidade e melhorias constantes no Programa de Exploração da Rodovia (PER) do Contrato de Concessão firmado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Companhia. O contrato possui valor total de R\$3.600.000, com previsão de adiantamentos na ordem de 5% do montante total até os desembolsos de outras alternativas de *funding* do projeto através do ingresso de novos sócios e/ou aumento de capital. O contrato possui o prazo de vigência de cinco anos. A Construtora Triunfo S.A. e a Companhia estão sob controle comum. A operação está coberta por carta de garantia fidejussória emitida pela THC – Triunfo Holding de Construções Ltda., controladora direta da Construtora Triunfo S.A..
- ii. Valores referentes a fornecimento de serviços conforme previsto no contrato entre as partes no valor de R\$611.202, sem prazo definido, para execução de serviços de avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento, avaliação dos elementos rodoviários de sinalização vertical e horizontal e de proteção e segurança, bem como, levantamento das condições de aderência do pavimento, proposições de soluções e previsões de desempenhos de pavimentos em atendimento ao estabelecido no programa de exploração da rodovia (PER) . A CT Vias e a Companhia possuem a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A como controladora em comum.
- iii. Valores referentes ao saldo de prejuízo fiscal transferido pela TPI para abatimento dos saldos de parcelamentos de impostos, no valor de R\$19.584, líquido do desconto da adesão, conforme mencionado na Nota Explicativa 13 e valores relacionados a serviços compartilhados de acordo com rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas da holding TPI, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo e outras despesas compartilhadas.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

	Intangível em serviço (ii)	Intangível em andamento (ii)	Provisão para manutenção	Adiantamentos a fornecedores (i)	Total
Saldo em 31/12/2016	1.194.618	119.759	68.954	80.903	1.464.234
Construções/aquisições/adições	8.567	46.080	-	24.400	79.047
Compensações	-	53.492	-	(53.492)	-
Transferência	37.344	(61.850)	-	24.506	-
Saldo em 31/12/2017	1.240.529	157.481	68.954	76.317	1.543.281
Construções/aquisições/adições	2.348	8.258	-	21.460	32.066
Compensações	-	39.974	-	(39.974)	-
Transferência	24.775	(24.775)	-	-	-
Saldo em 30/06/2018	1.267.652	180.938	68.954	57.803	1.575.347
Saldo em 31/12/2016	(28.241)	-	-	-	(28.241)
Amortização	(25.258)	-	-	-	(25.258)
Saldo em 31/12/2017	(53.499)	-	-	-	(53.499)
Amortização	(14.281)	-	-	-	(14.281)
Saldo em 30/06/2018	(67.780)	-	-	-	(67.780)
Valor residual líquido					
Saldo em 31/12/2017	1.187.030	157.481	68.954	76.317	1.489.782
Saldo em 30/06/2018	1.199.872	180.938	68.954	57.803	1.507.567
Taxa de amortização	2% a 4,5% a.a.	-	-	-	-

(i) Os adiantamentos são representados principalmente por atendimento à cláusula contratual junto à parte relacionada, Construtora Triunfo S.A., no montante de R\$56.128 e outros fornecedores no montante de R\$1.675.

(ii) Do montante de ativo intangível em serviço e em andamento, R\$761.157, são oriundos do contrato de empreitada global entre a Companhia e a Construtora Triunfo S.A.. Do montante do ativo em andamento R\$1.185 são oriundos do contrato de prestação de serviços entre a Companhia e a CT Vias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível - Continuação

O ativo intangível em serviço está assim representado:

	Instalações, edificações e dependências	Pistas, acostamentos e acessos	Canteiro central, faixa de domínio	Drenagem e obras de arte correntes	Sistemas e infraestrutura de rádio comunicação	Sinalização	Outros ativos em serviço	Total
Saldo em 31/12/2016	616.032	355.690	62.870	60.747	14.523	33.769	50.987	1.194.618
Construções/aquisições	-	-	-	-	-	-	8.567	8.567
Transferência/baixas	(4.331)	35.340	-	-	367	-	5.968	37.344
Saldo em 31/12/2017	611.701	391.030	62.870	60.747	14.890	33.769	65.522	1.240.529
Construções/aquisições	-	-	-	-	-	-	2.348	2.348
Transferência	(1.211)	20.438	-	-	1.326	-	4.222	24.775
Saldo em 30/06/2018	610.490	411.468	62.870	60.747	16.216	33.769	72.092	1.267.652
Saldo em 31/12/2016	(13.463)	(7.466)	(1.414)	(1.276)	(263)	(727)	(3.632)	(28.241)
Amortização	(12.455)	(7.962)	(1.280)	(1.237)	(302)	(687)	(1.335)	(25.258)
Saldo em 31/12/2017	(25.918)	(15.428)	(2.694)	(2.513)	(565)	(1.414)	(4.967)	(53.499)
Amortização	(6.877)	(4.635)	(708)	(684)	(183)	(380)	(814)	(14.281)
Saldo em 30/06/2018	(32.795)	(20.063)	(3.402)	(3.197)	(748)	(1.794)	(5.781)	(67.780)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2017	585.783	375.602	60.176	58.234	14.325	32.355	60.555	1.187.030
Saldo em 30/06/2018	577.695	391.405	59.468	57.550	15.468	31.975	66.311	1.199.872

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível--Continuação

Como a Companhia tomou emprestados recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos foram diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As taxas utilizadas referem-se às mesmas dos empréstimos tomados, divulgadas na Nota 11.

As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2014. No período findo em 30 de junho de 2018, não houve capitalizações (R\$4.175 no exercício de 2017).

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos à análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio de tráfego, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no período.

10. Fornecedores

Tipo de fornecedor	30/06/2018	31/12/2017
Construção civil	5.717	6.639
Aquisição de intangível	1.047	1.396
Manutenção de frota	728	1.045
Manutenção e conservação	140	198
Projetos	1.948	2.642
Serviços de operação	2.044	2.560
Serviço de transporte	151	110
Provisão para juros/multa de mora	1.205	1.804
Outros	735	1.621
	13.715	18.015
Circulante	13.431	18.015
Não circulante	284	-

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimo e financiamentos

Banco	Garantia	Indexador	Vencimento	30/06/2018	31/12/2017
BNDES (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	TJLP + 2% a.a.	Dez/2016	857.549	773.772
BB (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	60.519	89.88
BDMG (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	36.276	53.962
BDMG (Cédula bancária)	Aval controladora + recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	19.361	24.457
				973.705	942.080
Circulante				929.600	853.870
Não circulante				44.105	88.210

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das informações financeiras trimestrais. Os referidos encargos são apropriados até a entrada em operação, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no intangível, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente nas obras de melhoria e ampliação da infraestrutura das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262 (Nota 9).

Em 28 de julho de 2014, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela de recursos do empréstimo-ponte com o BNDES, no montante de R\$300.000. Em 27 de março de 2015 houve o recebimento da segunda parcela no montante de R\$100.000, no dia 27 de maio de 2015 ocorreu a liberação da terceira parcela no montante de R\$160.000, a quarta parcela foi liberada em 29 de julho de 2015, no montante de R\$48.320, a quinta parcela no dia 14 de outubro de 2015, no valor de R\$13.001 e a sexta parcela no dia 16 de outubro de 2015, no valor de R\$68.162. O empréstimo ponte venceu no dia 15 de dezembro de 2016, conforme descrito na Nota Explicativa 1 e a Companhia encontra-se inadimplente. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, "Covenants".

Em 02 de janeiro de 2017, o BNDES acionou as garantias das fianças bancárias emitidas pelo Banco do Brasil ("BB") e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG") vinculados a liberação da 3º tranche, no montante inicial de R\$160.000. Os valores foram honrados nos dias 05 e 10 de janeiro pelo BDMG e BB. Em 23 de janeiro de 2017, foi formalizada, entre estas instituições financeiras e a Companhia, um novo acordo para pagamento dos valores afiançados mediante retenção de percentual da receita bruta mensal, correspondente a 24% até junho de 2017 e 27% a partir desta data, com prazo máximo de 36 meses.

Em 30 de janeiro de 2017 foi protocolado pelo BNDES uma ação de execução por quantia certa na 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com a cobrança do pagamento imediato da dívida total, líquida da parte honrada pelos fiadores.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 03 de fevereiro de 2017, na mesma Vara Federal, foi protocolado petição inicial por parte da Companhia, com distribuição por dependência ao processo encaminhado pelo BNDES, requerendo a suspensão do vencimento da dívida até que uma das seguintes alternativas seja determinada: (i) o BNDES conceda a Companhia o financiamento de longo prazo, e efetue o desembolso da primeira parcela do mesmo; (ii) as partes renegociem os termos do financiamento e cheguem a bom termo, com a formalização deste consenso; ou (iii) na impossibilidade de ambos, ocorra o trânsito em julgado da sentença que determine o reequilíbrio contratual da relação jurídica travada entre as partes.

Em 08 de fevereiro de 2017, foi indeferido a tutela judicial de urgência requisitada na petição inicial protocolada no dia 03 de fevereiro de 2017.

Até 30 de junho de 2018 os referidos processos não sofreram alterações.

A Companhia também captou recursos por meio de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) junto ao BDMG no dia 2 de setembro de 2015, no valor de R\$25.000, com carência inicial de 8 (oito) meses. O empréstimo venceu em 15 de dezembro de 2016 e foi renegociado com as seguintes condições: prazo de pagamento de 36 meses com 6 meses de carência para o principal; custo da operação de CDI + 2,5% a.a.; início da amortização dos juros em janeiro/2017, forma de amortização SAC. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, “Covenants”.

12. Salários e obrigações trabalhistas

	30/06/2018	31/12/2017
Salários a pagar	2.059	2.313
Encargos sociais e previdenciários	1.258	1.385
Provisão para férias e 13º salário	5.516	3.764
Gratificações e participações a pagar	2.068	2.513
	10.901	9.975

13. Obrigações fiscais

	30/06/2018	31/12/2017
PIS	641	654
COFINS	1.742	1.674
INSS	295	331
Impostos retidos – IR/CS	753	742
ISS	24.859	23.016
Parcelamentos	1.829	3.139
	30.119	29.556

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações fiscais - Continuação

a) Parcelamentos

Em 29 de maio de 2017 a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária – PRT, instituído em 04 de janeiro de 2017 pela Medida Provisória nº 766 e regulamentada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil através da Instrução Normativa RFB nº 1.687 de 31 de janeiro de 2017. Nesse programa foram incluídos saldos de impostos próprios sobre o faturamento de competência de setembro de 2016, bem como os impostos retidos de terceiros (PIS, COFINS, IRRF e CSLL) atrasados de 2014 a 2016 e o parcelamento ordinário já existente. O montante elegível à adesão, vencido até 30 de novembro de 2016, totalizou no principal de R\$18.566 que, atualizado pela Selic, resultou no montante de R\$19.905 em maio de 2017. Desse saldo, 76% foi liquidado com prejuízo fiscal da TPI e o restante parcelado em 24 meses. Em 29 de maio de 2018 a Concebra obteve a consolidação da dívida pela Receita Federal do Brasil.

Em 28 de setembro de 2017 a Concebra aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído em 31 de maio de 2017 pela Medida Provisória nº 783 e regulamentada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.711 de 16 de junho de 2017. Nesse programa foram incluídos saldos do INSS retidos de terceiros incluso no parcelamento simplificado em junho de 2017. O montante elegível à adesão, atualizado pela Selic resultou em setembro de 2017 em R\$5.805. Desse saldo, 92,5% foi liquidado com prejuízo fiscal da TPI. A Companhia aguarda a consolidação da dívida pela Receita Federal do Brasil.

30/06/2018				
PIS	COFINS	IRRF	CSLL	Total
296	1.368	93	72	1.829
296	1.368	93	72	1.829

14. Outras obrigações

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão para compromissos do contrato de concessão	4.353	4.352
Seguros à pagar	474	67
Provisões de despesas	274	226
Outros	-	12
	5.101	4.657

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para manutenção

A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao ano de 2021 a 2024, descontado pela taxa WACC de 8,24% a.a. conforme quadro abaixo:

	31/12/2017	Constituição a valor presente	Recomposição AVP	30/06/2018
Pavimentação de pistas, acostamentos e acessos	147.563	13.720	5.429	166.712
Canteiro central/faixa de domínio	565	49	19	633
Obras de arte especiais	2.839	264	104	3.207
Terraplenagem e estruturas de contenção	373	36	14	423
Drenagem/obras de arte correntes	9.199	855	338	10.392
Sinalização	27.519	2.564	1.014	31.097
Outros	130	9	5	144
	188.188	17.497	6.923	212.608

Após o início das atividades de cobrança de pedágio, a Companhia iniciou o reconhecimento da provisão para manutenção sobre as obras já entregues. No resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, foi reconhecido o valor de R\$17.497 no grupo de custos dos serviços prestados e R\$6.923 como ajuste a valor presente no grupo de despesas financeiras.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é representado por 380.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Resultado por ação

O cálculo básico e diluído de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	Trimestre atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do atual período 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual trimestre do período anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do período anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
Numerador: Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(18.330)	(32.265)	(25.570)	(56.583)
Denominador: Ações ordinárias em circulação	380.000.000	380.000.000	380.000.000	380.000.000
Prejuízo por ação básico e diluído (R\$)	(0,048)	(0,085)	(0,067)	(0,149)

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido—Continuação

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2018, a Companhia recebeu recursos no montante de R\$20.200 da acionista TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo") a título de adiantamento para futuro aumento de capital totalizando o montante de R\$46.900, com objetivo de convertê-lo em capital social e, portanto, sem possibilidade de devolução.

17. Receitas operacionais líquidas

	Trimestre atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do atual período 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual trimestre do período anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do período anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
Receitas:				
Receita de pedágios	93.234	188.615	87.470	170.871
Receita de construção	25.551	48.790	3.626	15.057
	118.785	237.405	91.096	185.928
Impostos sobre faturamento:				
(-) PIS sobre faturamento	(606)	(1.225)	(569)	(1.111)
(-) COFINS sobre faturamento	(2.797)	(5.658)	(2.624)	(5.126)
(-) ISS sobre serviços prestados	(4.661)	(9.432)	(4.373)	(8.544)
	(8.064)	(16.315)	(7.566)	(14.781)
Receita operacional líquida	110.721	221.090	83.530	171.147

A Companhia registrou receita de construção no montante de R\$48.790 dos ativos da concessão medidos e realizados no período findo em 30 de junho de 2018 que contempla 2,6%, a título de margem, sobre os custos de construção incorridos no mesmo período.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Custos dos serviços prestados e de construção

	Trimestre atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do atual período 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual trimestre do período anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do período anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
Duplicação de pista e pavimentação	(23.098)	(44.289)	(14.587)	(26.100)
Edificações operacionais	(657)	(1.118)	(1.195)	(2.057)
Custo com empréstimos	-	-	-	(4.175)
Roçada e poda vegetal	-	-	(6.828)	(12.194)
Folha de pagamento	(13.296)	(25.181)	(9.435)	(18.180)
Obras de artes especiais	-	-	-	(71)
Projetos	(37)	(94)	(1.973)	(3.374)
Seguros	(58)	(114)	(53)	(87)
Sistema de infraestrutura telefônica e comunicação	(1.042)	(1.154)	-	-
Serviços tomados	(13.850)	(30.033)	(8.001)	(15.759)
Custos contratuais	(4.343)	(9.099)	(3.918)	(8.483)
Amortização	(6.860)	(13.192)	(5.925)	(8.563)
Provisão para manutenção	(8.749)	(17.497)	(7.180)	(14.389)
Outros	(7.083)	(15.386)	(4.570)	(10.644)
	(79.073)	(157.157)	(63.665)	(124.076)
Custo de construção	(24.905)	(47.553)	(3.535)	(14.675)
Custos dos serviços prestados	(54.168)	(109.604)	(60.130)	(109.401)

19. Despesas administrativas

	Trimestre atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do atual período 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual trimestre do período anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do período anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
Prestadores de serviços	(677)	(1.327)	(2.309)	(3.213)
Materiais, equipamentos e veículos	(294)	(542)	(278)	(573)
Provisões	(254)	(495)	(189)	(328)
Despesas gerais (*)	(2.611)	(4.300)	(1.701)	(3.200)
Despesas com tributos	-	-	(12)	(12)
	(3.836)	(6.664)	(4.489)	(7.326)

(*) Substancialmente composta por gastos com rateio de despesas compartilhadas da controladora e gastos fixos como água, energia e internet.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Salários e encargos sociais

	Trimestre atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do atual período 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual trimestre do período anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do período anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
Salários e remunerações	(1.238)	(2.516)	(2.032)	(3.371)
Encargos sociais e trabalhistas	(830)	(1.244)	(808)	(1.327)
Benefícios	(378)	(756)	(400)	(699)
Outras despesas com pessoal	(10)	(11)	(7)	(14)
	(2.456)	(4.527)	(3.247)	(5.411)

21. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

O valor dos honorários pagos à diretoria até 30 de junho de 2018 foi de R\$2.415 integralmente reconhecido no resultado (R\$1.803 em 30 de junho de 2017).

22. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido, em 31 de junho de 2018 e 2017, está assim composto:

	Trimestre atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do atual período 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual trimestre do período anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do período anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
Receitas financeiras:				
Descontos obtidos	25	117	42	109
Rendimento sobre aplicações financeiras	68	80	57	130
	93	197	99	239
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamento (i)	(46.826)	(90.495)	(41.420)	(100.932)
Juros sobre obrigações com fornecedores	-	(55)	(1.195)	(1.787)
Juros e multas sobre obrigações fiscais	-	(422)	(1.688)	(3.036)
Despesas bancárias	(120)	(243)	(70)	(127)
AVP Provisão de manutenção	(3.463)	(6.923)	(4.334)	(9.190)
Juros diversos	(632)	(722)	(1.073)	(1.236)
	(51.041)	(98.860)	(49.780)	(116.308)
	(50.948)	(98.663)	(49.681)	(116.069)

- (i) Representado por provisão de multa e juros de inadimplência referentes ao empréstimo com BNDES, vencido desde o dia 15 de dezembro de 2016.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

i) *Ativo*

Ativo	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízos fiscais e base negativa	33.896	25.691
Provisão para manutenção	48.841	40.538
Diferenças temporárias	3.055	2.443
	85.772	68.672

ii) *Passivo*

Passivo	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social		
Custos de empréstimos	13.389	13.389
Margem de construção	8.438	8.018
Outros	4.180	4.180
	26.007	25.587

b) Resultados dos períodos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados em 30 de junho de 2018 e 2017 são demonstrados abaixo:

	Trimestre atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do atual período 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual trimestre do período anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do período anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
Diferido:				
Imposto de renda	6.781	12.323	9.683	21.433
Contribuição social	2.501	4.357	3.485	7.716
	9.282	16.680	13.168	29.149

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social diferidos—Continuação

O demonstrativo da apuração da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Trimestre atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do atual período 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual trimestre do período anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do período anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(27.612)	(48.945)	(38.738)	(85.732)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	9.388	16.641	13.168	29.149
IRPJ/CSLL sobre itens de adições (exclusões):				
Margem de construção (diferença temporária)	358	420	31	130
Provisão para manutenção	(4.150)	(8.303)	(3.916)	(8.007)
Custo sobre empréstimos (diferença temporária)	-	-	-	1.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízo fiscal	(5.074)	(8.205)	(8.798)	(22.315)
Indenização de seguros		-	59	98
Outras adições e exclusões permanentes	(416)	(513)	(544)	(465)
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do período	9.282	16.680	13.168	29.149
Alíquota efetiva	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)

A movimentação dos saldos patrimoniais segue abaixo:

Movimentação:	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Saldo em 30/06/2018
IRPJ/CSLL diferidos – Ativo	68.672	17.100	85.772
IRPJ/CSLL diferidos – Passivo	(25.587)	(420)	(26.007)
	43.085	16.680	59.765

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisões para demandas judiciais

A Companhia está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas, levando em consideração a opinião de seus consultores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão em 30 de junho de 2018 no montante de R\$3.729 (R\$3.448 em 31 de dezembro de 2017).

Há ainda outras causas de natureza trabalhista e cível em andamento, nos montantes aproximados de R\$12.888 e R\$42.987 (R\$13.240 e R\$39.772 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente, para as quais os riscos de perdas foram considerados como possíveis pelos consultores jurídicos da Companhia. A causa de natureza cível está representada substancialmente por uma ação popular movida em julho de 2017 por um usuário da rodovia solicitando anulação da resolução 5.363/2017 da ANTT que determinou o aumento da tarifa de pedágio em 23/06/2017, ao alegar que o reajuste ocorreu sem o cumprimento de obrigações pela Concebra. O risco inicial, estimado como possível pelos assessores jurídicos, é de R\$30.000. O processo encontra-se em fase inicial e a defesa foi realizada, aguardando decisão judicial.

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhista (a)	1.838	1.838
Cível (b)	527	527
Tributárias (c)	1.365	1.083
	<u>3.730</u>	<u>3.448</u>

- (a) As principais causas trabalhistas têm origem em solicitações de horas extras, horas *in itinere*, adicional de salubridade e periculosidade, responsabilidade subsidiária e vínculo empregatício;
- (b) As principais causas cíveis têm origem em solicitações de ressarcimento dos usuários quanto a sinistros ocorridos na faixa de domínio nas rodovias e em execução de títulos;
- (c) Referente a liminar para exclusão dos valores de ISS da receita bruta na base de cálculo do PIS e COFINS.

25. Cobertura de seguros

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, cobertura de seguro na modalidade Seguro Garantia - Fiança com o objetivo de garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Cobertura de seguros--Continuação

<u>Marcos contratuais</u>	<u>Valor da importância Segurada</u>	<u>Prazo de vigência</u>
Risco de responsabilidade operacional	Não renovado	N/A
Danos materiais	2.349.132	Mar/18 a mar/19
Risco de engenharia	10.000.000	Mar/18 a mar/19
Perda de receita	54.256.575	Mar/18 a mar/19
Risco de engenharia – duplicação	2.792.398	Abr/14 a abr/20

Em 31/01/2018 houve o término da vigência da apólice de seguro para garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Pelo descumprimento da obrigação de contratar ou manter atualizadas as apólices de seguro, a ANTT poderá aplicar penalidades, conforme regulamentação. No trimestre findo em 30 de junho de 2018 a ANTT notificou a Companhia quanto a não renovação da apólice de responsabilidade operacional. O risco de perda dessa causa, avaliado pela Administração da Companhia e assessores jurídicos, foi determinado como expectativa de perda possível.

26. Compromissos com a concessão

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Compromissos com a concessão--Continuação

	2018	2019	2020	2021 a 2044	Total geral
<u>Compromissos futuros:</u>					
Recuperação da rodovia	95.061	65.308	-	26.712	187.081
Obras de arte	45.564	91.128	91.128	-	227.820
Obras de ampliação e melhorias	650.766	765.656	288.513	747.796	2.452.731
Manutenção da rodovia	-	-	-	2.724.520	2.724.520
Obras de ampliação e melhorias	-	-	-	1.239.034	1.239.034
Outas obras de aplicação e melhorias	50.000	50.000	-	50.000	150.000
Obras civis lançamento de fibra óptica	-	-	-	20.000	20.000
Gestão ambiental	37.603	23.276	23.276	78.354	162.509
Sistemas e equipamentos	-	2.229	-	207.061	209.290
Edificações	24.330	-	-	114.795	139.125
Veículos	1.190	6.953	1.540	49.690	59.373
Projetos/Ensaios/Estudos	2.812	1.962	1.964	151.321	158.059
Desapropriações	505	34	13	6.915	7.467
	<u>907.831</u>	<u>1.006.546</u>	<u>406.434</u>	<u>5.416.198</u>	<u>7.737.009</u>
<u>Outros compromissos</u>					
Complemento contorno Goiânia	40.000	-	-	100.000	140.000
Retorno em nível	17.697	17.697	17.697	17.697	70.788
Obra de acesso ao aeroporto de Goiânia	-	-	-	25.000	25.000
	<u>57.697</u>	<u>17.697</u>	<u>17.697</u>	<u>142.697</u>	<u>235.788</u>
	<u>965.528</u>	<u>1.024.243</u>	<u>424.131</u>	<u>5.558.895</u>	<u>7.972.797</u>

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- (i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- (ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;
- (iii) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

O cumprimento dos compromissos com a concessão, projetados de acordo com o contrato inicial, previstos para o exercício de 2018 e demais exercícios está condicionado a obtenção de recursos financeiros de seus acionistas ou de terceiros.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 14, os compromissos previstos no contrato de concessão relativos à verba de fiscalização, perfazem o seguinte montante (valores nominais):

Ano	Verba de fiscalização
2018	10.404
2019	10.404
2020 até 2044	249.696
	<u>270.504</u>

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2018 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- (i) Aplicações financeiras - são classificadas como equivalentes de caixa.
- (ii) Arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos - são mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros incorridos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.
- (iii) Contas a receber – são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas informações financeiras intermediárias.
- (iv) Contas a pagar - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de junho de 2018 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro—Continuação

a) *Risco de taxas de juros*

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) *Risco de preço e valor de mercado*

A estrutura tarifária planejada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

c) *Risco regulatório*

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

d) *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato específico, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro—Continuação

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. O limite de crédito das contrapartes é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia para cada operação financeira realizada pela Companhia. Esse procedimento foi estabelecido a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

e) *Risco de liquidez*

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez.

f) *Hierarquia de valor justo*

Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia são registrados pelo valor justo (Nível 1), utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação.

Gestão do capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Análise de sensibilidade

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente ao contrato firmado junto ao BNDES que possui taxa fixa de 2% a.a. acrescida da TJLP.

Os CPC's 39, 40 e 48, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 30 de junho de 2018, foram estimados 3 (três) cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 30 de junho de 2018, definimos o cenário provável para os próximos 12 meses (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos dos contratos programados. A data-base utilizada foi 30 de junho de 2018, projetando os índices de correção para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade em cada cenário.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados, apurando-se o impacto nas despesas financeiras nos próximos 12 meses, conforme segue:

Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações - CDI+ 2,5% a.a.	13.739	13.739	13.739
Receita financeira projetada	1.221	1.526	1.832
Variação		305	611
BNDES - TJLP + 2% a.a.	857.549	857.549	857.549
Despesa financeira projetada	73.749	92.186	110.624
Variação		18.437	36.875
BB - PONTE - CDI + 2,5% a.a.	19.361	19.361	19.361
Despesa financeira projetada	1.721	2.151	2.582
Variação	-	430	861
BDMG - PONTE - CDI + 2,5% a.a.	60.519	60.519	60.519
Despesa financeira projetada	5.380	6.536	7.844
Variação	-	1.156	2.464
BDMG - CCB - CDI + 4,25% a.a.	36.276	36.276	36.276
Despesa financeira projetada	3.950	4.825	5.790
Variação		875	1.840

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem da posição de endividamento em 30 de junho de 2018, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.